

Uma luta antiga

<http://tribunadonorte.com.br/noticia/uma-luta-antiga/293543>

Publicação: 19/09/2014-

A trajetória da luta pela reforma urbana vem de longas datas. Começou nos agitados anos do início da década de 1960, quando a sociedade buscava mudanças na estrutura fundiária do Brasil.



Formulada inicialmente pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1963, proposta de reforma urbana foi engavetada durante o regime militar e voltou a mobilizar o país na Constituinte de 1988

A proposta de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente formulada no Congresso de 1963, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Mas com a ascensão dos militares ao poder, em 1964, inviabilizou as reformas.

“Os temas da reforma urbana reapareceriam nos anos 1970 e 1980, numa época de abertura lenta e gradual, em que os movimentos sociais aos poucos ganhavam mais visibilidade e relevância política, e eram capazes de construir um discurso e uma prática social marcados pela autonomia. As suas reivindicações eram apresentadas como direitos, com o objetivo de reverter as desigualdades sociais com base em uma nova ética social, que trazia como dimensão importante a politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira”, segundo lembram Nelson Saule Júnior e Karina Uzzo, do Instituto Pólis, autores de um detalhado estudo sobre o tema.

Nesse período - dizem eles - a Igreja Católica deu uma grande contribuição ao lançar o documento “Ação Pastoral e o Solo Urbano”, no qual defendia a função social da propriedade urbana. Esse texto foi um marco muito importante na luta pela reforma urbana.

“A essa altura, o panorama urbano brasileiro já era outro. Marcadas por um êxodo rural

altíssimo entre 1940 e 1991, quando a população urbana passou de 31,2% a 75% do total da população nacional, as cidades brasileiras cresceram desprovidas de infra-estrutura mínima. As consequências não foram poucas, sobretudo a segregação espacial de bairros que, abandonados ao descaso, à margem de qualquer condição de dignidade, foram gerados sob a convivência do poder público.”

saiba mais

- [Reforma urbana: a bola da vez](#)

A luta voltou à mesa dos debates em 1988 na instalação da Assembleia Nacional Constituinte . Em meio a esse percurso pós-1964, que culminou na Constituinte de 1988, foi criado, em janeiro de 1985, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

Após a Constituinte, foi criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional para regulamentar o Capítulo da Política Urbana, da Constituição Federal de 1988, uma luta que avançou com a promulgação do Estatuto da Cidade.

Documento aponta gargalos do segmento imobiliário

No final da cerimônia de abertura da 11ª edição da Convenção Secovi, realizado no final de agosto, o presidente do Secovi-SP, Claudio Bernardes, anunciou que o Sindicato iria encaminhar aos presidentiáveis suas propostas para mitigar as dificuldades enfrentadas por toda a cadeia imobiliária. Os setores de loteamentos, sustentabilidade, incorporação, produção de moradias de interesse social, comercialização de imóveis, locação residencial e comercial, empreendimentos turístico-imobiliários e administração imobiliária defrontam-se diariamente com a burocracia excessiva, a insegurança jurídica e um emaranhado complexo de leis, fatores estes que emperram a produtividade das empresas e impactam no nível de seus investimentos.

“Não podemos deixar de dar imediata atenção a questões como o indispensável respeito aos contratos e ao direito de propriedade; à manutenção da estabilidade econômica e social; à criação de condições de competitividade; e às reais garantias aos investidores, locais ou internacionais, pois é preciso voltar a confiar no Brasil”, disse Bernardes.

“Neste ano, decidimos elaborar um documento endereçado aos candidatos à Presidência da República. Nele, focalizamos de forma clara quais são os principais problemas enfrentados pelos segmentos que o Sindicato representa e cuja solução reside no âmbito federal. Com a contribuição de cada uma de nossas vice-presidências, selecionamos as questões mais preocupantes e apontamos as soluções”, completou o presidente do Secovi-SP.

Brasil Urbano

População e domicílio em área urbana - 2010



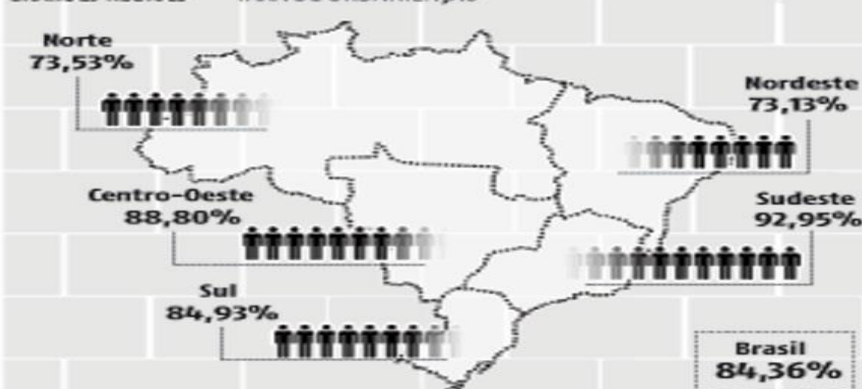
MUNICÍPIOS
Domicílios na área urbana (%)

Natal	100,00
Parnamirim	100,00
Pau dos Ferros	92,09
Caicó	91,63
Mossoró	91,31
Currais Novos	88,57
São Gonçalo	84,52
Assu	73,95
Extremoz	64,18
Macaíba	61,37
Ceará-Mirim	52,09
São José de Mipibu	45,84
Monte Alegre	43,52
Nísia Floresta	39,44

POPULAÇÃO
Moradores de área urbana (%)

Natal	100
Parnamirim	100
Pau dos Ferros	92,09
Caicó	91,63
Mossoró	91,31
Currais Novos	88,57
São Gonçalo	84,52
Macaú	75,87
Assu	73,95
Goianinha	68,84
Nova Cruz	68,7
Extremoz	64,18
Macaíba	61,37
Ceará-Mirim	52,09
Apodi	50,43
Nísia Floresta	39,44

GRANDES REGIÕES - TAXA DE URBANIZAÇÃO



MESORREGIÕES RN

